

## *Como Assim, Cidade do Interior?* Antropologia, Urbanidade e Interioridade no Brasil

Bruno Rodrigo Carvalho Domingues<sup>1</sup>  
Fabiano de Souza Gontijo<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

<sup>2</sup>Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

### Resumo

No Brasil, há uma vasta e consolidada produção antropológica e sociológica sobre a relação entre o mundo rural e o contexto urbano, apontando geralmente de forma crítica para a dificuldade de se considerarem esses domínios como opostos absolutos. No cotidiano, muitas pessoas falam de *interior* ou de uma qualidade *interiorana* para designar lugares e relações sociais, para além dos domínios analíticos do rural e do urbano definidos pela produção acadêmica. Embora tenha-se dado atenção às realidades interioranas em inúmeras pesquisas, a indefinição do conceito ainda persiste. Trata-se aqui de contribuir para o aprimoramento da definição do conceito, propondo a noção de *interioridade* para lidar com a relação entre ruralidade e etnicidade/raacialidade na conformação da urbanidade, principalmente no contexto amazônico.

**Palavras-chave:** Interioridade. Urbanidade. Poder. Antropologia Urbana. Amazônia.

## *What Do You Mean by Countryside City?* Anthropology, Urbanity and Interiority in Brazil

### Abstract

In Brazil, there is a vast and consolidated anthropological and sociological production on the relationship between the rural world and the urban context, generally pointing critically to the difficulty of considering these domains as absolute opposites. In everyday life, many people speak of *interior* [countryside] or an *interior* quality, to designate places and social relations, beyond the analytical domains of rural and urban defined by academic production. Although attention has been paid to the realities of the interior in countless studies, the vagueness of the concept still persists. It is about contributing towards improving the definition of the concept, proposing the notion of *interiority* to deal with the relationship between rurality and ethnicity/racality, mainly in the Amazonian context.

**Keywords:** Countryside. Urbanity. Power. Urban Anthropology. Amazon Basin.

Recebido em: 19/05/2020

Aceito em: 14/08/2020



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>

## 1 Introdução

Entre as décadas de 1960 a 1980, sob influência das Escolas euro-norte-americanas de Chicago e Manchester, a antropologia brasileira iniciou um processo de produção de conhecimentos baseado nos contextos das cidades, palcos do pungente processo de industrialização, do êxodo rural e das migrações. Muito embora as pesquisas além-mar tenham já uma pequena e recente tradição na antropologia brasileira, assim como aquelas junto a povos tradicionais e populações rurais possuem uma vasta e consolidada tradição, foi também a partir da experiência dos fenômenos urbanos e suas transformações problemáticas (VELHO, 1967) que se institucionalizou e se manteve o que Peirano (2006) chamou de *anthropology at home* – ou seja, quando as críticas e as postulações antropológicas deixaram de ter matriz de elaboração somente a partir de um outro distante e partiram, portanto, de um outro que não estava mais necessariamente deslocado em perspectiva geográfica.

Destacam-se como pioneiros/as na antropologia urbana brasileira, Eunice Durham Gilberto Velho, Ruben George Oliven e Ruth Cardoso (além de Alba Zaluar, Janice Caiafa e Néstor Perlongher), entre outros/as, cujas filiações institucionais se situavam principalmente em três tradicionais Programas de Pós-Graduação em Antropologia – no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Universidade de São Paulo e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul –, que ainda hoje formam antropólogos/as atentos às reflexões sobre as transformações, narrativas e imaginações urbanas e também às críticas à dicotomização rural-urbano.

A partir dessas instituições – e de outras formadas a partir da expansão do ensino superior público<sup>1</sup> – é que milhares de páginas sobre *cidades, espaços de sociabilidade, regiões morais, urbanidades, coletivos urbanos* e tantas outras categorias referentes ao que não era o rural foram escritas e passaram a ocupar um lugar privilegiado entre as linhas de pesquisa de parcela relevante dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e em Ciências Sociais no País – muitas vezes, estabelecendo diálogos estreitos com a Sociologia – ver Frúgoli (2005). Persistem, porém, lacunas que dizem respeito ao viver-fazer urbano para além das metrópoles ou grandes centros urbanos, que se configuram não somente pela ausência de publicações, mas pela indefinição ou falta de atenção às situações e aos contextos do que se convencionou chamar em geografia de cidades médias e pequenas e que, no cotidiano da relação metrópole *versus* não metrópole, se anuncia como o *interior*

---

<sup>1</sup> A expansão, ocorrida a partir da segunda metade da década de 2000, foi responsável, como bem apontado por Bemerguy (2019), por incrementar e diversificar o fazer antropológico, com novas possibilidades de estudos em antropologia urbana críticas ao imaginário que se criou de que determinadas regiões – a partir da região amazônica – não se figuram como lugares privilegiados para a subárea. Este artigo também é um reflexo dessa expansão do ensino superior e da desconstrução de lugares “impossíveis” para a antropologia urbana.

do Brasil. O interior carece de análises a partir das situações e dos contextos próprios, pois não está dado que a experiência urbana é uniforme e singular, cabendo, logo, questionar se as categorias pensadas a partir da e para a metrópole e os grandes centros urbanos conformam aquilo que se conhece como interior – e cabe ainda refletir sobre como o interior impinge na metrópole, reelaborando-a, ressignificando e transformando as suas formas de se constituir como tal<sup>2</sup>.

Busca-se aqui refletir sobre outras formas de produzir reflexões sobre situações urbanas, a partir das suas configurações interioranas, atreladas aos contextos sócio-históricos que estabelecem tais configurações. As ideias apresentadas abaixo surgiram a partir de um movimento anterior que buscava – e ainda busca – preencher as lacunas persistentes nos estudos da diversidade sexual e de gênero referentes às situações etnicamente diferenciadas e aos contextos rurais e interioranos. Embora se apresente, assim como a antropologia urbana, como uma subárea bem consolidada no Brasil, os estudos da diversidade sexual e de gênero ignoravam o *interior*, como bem apontaram Gontijo (2015a; 2015b; 2017) e Gontijo e Erick (2015) em revisão sobre o tema. Assim, reforça-se que, para além do que sugeriu Bemerguy (2019, p. 4), os estudos sobre diversidade sexual e de gênero em outros descentramentos não dão contribuições indiretas para pensar o urbano interiorano (situando-se a partir das pesquisas desenvolvidas na Amazônia), mas contribuições bem diretas, ao relacionar a experiência da vida cotidiana e da vivência *real*, da dissidência sexual, da memória sensível do prazer, das políticas do desejo, entre outros aspectos, aos espaços e às cidades, constituindo-se em paisagens alternativas ou configurações particulares, singulares (DOMINGUES, 2019; ERICK, 2020).

Na apresentação do dossiê “Cidades do Interior, Interior das Cidades”, publicado no periódico *Ponto Urbe*, sob a organização de Noleto, Magni e Rieth (2019), quando se mencionou a trajetória da antropologia urbana no Brasil, partindo-se das grandes escolas já mencionadas acima, também não constavam menções aos estudos sobre a diversidade sexual e de gênero em cidades do interior como uma possível fonte de informações para os estudos urbanos<sup>3</sup>. Faz-se aqui essa defesa dos estudos da diversidade sexual e de gênero por se tratar de um campo que contribuiu para a antropologia urbana brasileira em seus primórdios, como com o trabalho pioneiro de Perlongher (1987), cujas reflexões sobre os espaços permitiram que hoje pudéssemos compreender como o território – sobretudo a partir das suas noções sobre gueto – influencia ou se relaciona com as dinâmicas da corporalidade e das sexualidades –, sem citar os inúmeros trabalhos produzidos em outros contextos nacionais. Seja ainda pelos estudos pioneiros em gênero e sexualidade em espaços urbanos, como os estudos de Guimarães (2004 [1977]), Heilborn (1984; 2004 [1994]), Parker (1986) e Mott (1987), além da obra pioneira de Fry (1982a; 1982b) – para citar somente poucos/as pesquisadores/as –, apontando que esses campos estão de certo modo intimamente conectados<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> Não se trata aqui de negar as categorias pensadas para e a partir da metrópole e suas aplicações no interior do país, mas, sim, de pontuar que a ausência de empreendimentos teóricos a partir da experiência interiorana – para além da ruralidade – e de suas especificidades nos fazem pensar quais formas e categorias alternativas podem ou não surgir, deixando a reflexão sempre aberta a aportes diversos.

<sup>3</sup> O dossiê conta, no entanto, com um artigo tratando das temáticas da diversidade sexual e da performatividade de gênero na cidade do Crato, Ceará (OLIVEIRA JÚNIOR; FORTES, 2019).

<sup>4</sup> Uma reflexão nesta mesma direção foi feita por Simões em “#27. Néstor Perlongher – O negócio do michê, com Julio Simões” do “Larvas Incendiadas – *podcast* de divulgação científica de estudos de gênero e sexualidade”. Disponível em: [www.larvasincendiadas.com](http://www.larvasincendiadas.com). Último acesso em fevereiro de 2020.

As reflexões a seguir partem da região amazônica, sobretudo a paraense, a partir dos projetos de pesquisa *Preenchendo Lacunas: as experiências da diversidade sexual e de gênero em contextos rurais e interioranos e em situações etnicamente diferenciadas na Amazônia e no Nordeste do Brasil*<sup>5</sup>, *Um Estudo sobre as Dimensões Humanas da Biodiversidade em Abaetetuba, Pará*<sup>6</sup> e *Patuá de Atração: ou sobre como objetos podem narrar a invenção das sexualidades na Amazônia Paraense*<sup>7</sup>, bem como a partir dos diários pessoais e experiências docentes e discentes dos pesquisadores, sobretudo em cidades amazônicas – mas não somente.

Iniciaremos com um esboço conceitual sobre o que se constitui enquanto *cidade do interior*, partindo de pressupostos sócio-históricos que contribuíram para a construção de imagens inevitavelmente essencializadas sobre as cidades interioranas. Em seguida, ampliaremos as noções sobre *interioridade* já elaboradas na forma de um esboço preliminar por Gontijo e Erick (2015), tomando-a como ferramenta de resistência e agência contrárias àquelas imagens essencializadas. Enfim, será proposta uma reflexão sobre outras formas de viver-fazer o urbano a partir das considerações teóricas elaboradas ao longo do texto.

## 2 Urbanidade

Como assim, cidade do interior? Interior não, cidade ribeirinha! Abaetetuba é uma cidade ribeirinha! Colocar como interior é muito ruim, reforça um passado de dominação onde se objetivava desbravar o interior do país ou ocupar o interior inabitado da Amazônia, interior é pejorativo!

Trata-se de um comentário feito ao primeiro autor em setembro de 2017 por uma amiga docente da UFPA que o hospedava durante a pesquisa de campo (para o seu Trabalho de Conclusão em Curso em Ciências Sociais na mesma Universidade)<sup>8</sup>. A fala surgiu enquanto o primeiro autor escrevia seu diário de campo e em um dos trechos mencionava Abaetetuba como uma “cidade do interior localizada na Região paraense do Baixo Tocantins”. A docente discordou de como o jovem antropólogo definia a cidade, insinuando-lhe que *interior* trazia em si uma série de imagens que estigmatizavam aquele espaço e, de fato, pareciam reforçar relações de poder e de dominação estigmatizantes. O primeiro autor concordou com a docente, mas alegou que não achava que evitar a denominação para uso acadêmico faria com que os problemas da estigmatização do *interior* fossem resolvidos, pois permaneceria o grande problema por trás da questão colocada, qual seja: quando se fala em cidades médias e pequenas, perdura o problema

<sup>5</sup> Projeto desenvolvido nas Universidades Federais do Pará e do Piauí, coordenado pelo segundo autor deste artigo; o projeto contou com recursos de Bolsa de Produtividade em Pesquisa concedida pelo Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>6</sup> Projeto desenvolvido na Universidade Federal do Pará, coordenado pelo Prof. Dr. Flávio Bezerra Barros e que resultou no Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia do primeiro autor; o projeto contou com recursos de Bolsa de Iniciação Científica do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), durante os anos de 2017 a 2018, ao qual somos gratos.

<sup>7</sup> Projeto de mestrado do primeiro autor, em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação da/o Prof./a. Dr./a. Paula Sandrine Machado e Pablo Quintero; o projeto está sendo desenvolvido com Bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES).

<sup>8</sup> O TCC se intitulou *Entre Tradição, Desejo e Poder: uma Amazônia Cosmoerótica*, foi orientado pelos professores Flávio Bezerra Barros e Fabiano de Souza Gontijo e defendido em janeiro de 2019.

da indefinição – logo, dois estigmas deveriam ser analisados, o do conteúdo indefinido do interior e o da própria elaboração desse conteúdo.

Seriam essas cidades pequenas e médias as antíteses da metrópole? A ausência de definições produz lacunas que, por um lado, possibilitam a não reflexão sobre o que essas cidades produzem a nível conceitual ou o evitamento de se encarar a complexidade de suas realidades. Isso se dá ao situá-las geralmente a partir de alguma formação teórica já conhecida relativa a outros contextos epistemológicos (de cunho étnico, por exemplo), mas que singulariza a experiência do urbano. Por outro, as lacunas geram imagens estigmatizantes sobre as pequenas e médias cidades. Atentando-se para essa carga pejorativa mencionada pela professora acima citada, trata-se de pontuar quais são os motivos que fazem com que haja uma discordância do uso do termo *interior* por parte dos/as colegas universitários/as. Os grandes problemas do termo estariam entre os que se elencam abaixo:

1) A sua associação às estratégias de exploração, colonização e de ocupação do território nacional, desde o período colonial com os desbravadores bandeirantes, grupos de descendentes diretos de europeus que incentivaram a exploração mineral do território colonial ao longo dos séculos iniciais do período pós-invasão europeia, deixando em suas trilhas os rastros do sangue daqueles que historicamente já habitavam essa vasta região fazia alguns milênios. Outro processo foi o da imigração, sobretudo europeia, destinada às plantações de café (embora também tenham tido como destino os centros urbanos). Os imigrantes europeus na zona rural brasileira, no entanto, conseguiram estabelecer empreendimentos e não tiveram as dificuldades de mobilidade social como a população negra, escravizada e trazida à força da África para alimentar a economia colonialista, o que reforçava a desigualdade social já latente no Brasil. Ou num passado recente com os governos militares, quando difundia-se pelo Brasil a ideia do *vazio demográfico* da Amazônia, cuja necessidade de ocupação se transformaria no projeto de integração nacional e colonização agrária demarcado pelo famoso slogan *integrar para não entregar* – foi neste período que se implantou no Brasil o Ministério do Interior, que, de 1967 a 1990, foi responsável por uma série de políticas para o *desenvolvimento* da nação a partir das relações *interiores* – o termo frisado opera aqui não somente como oposição ao *exterior* do Ministério das Relações Exteriores, mas também aos lugares que eram majoritariamente atingidos pelas políticas de ocupação. Cabe mencionar que foi a partir daquele Ministério que se estabeleceu a criação de Órgãos de Desenvolvimento, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) – criada em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) – em 1966, a Superintendência do Desenvolvimento do Sul (SUDESUL) – em 1967, e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) – em 1967.

2) Possui uma dimensão relacional, ou seja, o interior se transforma em um *lugar do outro* em uma identidade relacional que é nomeada a partir de um ponto de referência: para quem está na capital, o interior é a pequena e média cidade; para quem está no núcleo urbano da pequena e média cidade, o interior é a periferia ou a zona rural; nas periferias e zonas rurais destas pequenas e médias cidades, o interior é onde vivem povos e comunidades tradicionais; e assim por diante. O interior, nesta perspectiva, recebe

sempre uma determinação a partir de um ponto tido como centro (“moderno”), sendo a periferia (“tradicional”) deste centro, como bem apontado por Erick (2020).

3) A ideia difundida entre as grandes cidades de *interior* como sinônimo de *atraso* e *conservadorismo*, lugares não passíveis de expressão da diversidade cultural, do *cosmopolitismo* e da *modernidade*, como os grandes centros urbanos.

Todas essas imagens acerca do interior impingem, aos moldes de Goffman (1988), um estigma, não somente ao termo, mas às pessoas e às suas relações em áreas tidas como interioranas. Ou seja, a imagem sobre o interior e seus sujeitos que se projetam nas mentes externas a essas pessoas se constituem sob uma forma que parece ser única e – por que não dizer? – Opressora? Essas imagens ganham particular expressão por meio dos discursos daqueles que estão em posições privilegiadas nas relações de poder e dominação oriundos das metrópoles e grandes centros urbanos. Para estes, o *interiorano* é o *caboclo* (utilizado de modo pejorativo), o *matuto*, o *bicho do mato*, o *atrasado* ou o *jeca*, aquele que é eximido de tecnologias, aquele que vive onde a *modernidade* jamais chegou ou dificilmente chegará – posto que, se chegar, fará com que os grandes centros urbanos deixem de ser os garantidores dos valores civilizatórios da modernidade no jogo relacional hierárquico assim estabelecido e mantido como um importante dispositivo de poder.

Esses discursos cumprem um papel: o de frisar as dicotomias e alocar o *interior* na periferia, fomentando a dominação dos grandes centros urbanos, que por vezes não são as cidades mais produtivas (em termos econômicos), mas possuem um *status quo* de *plena civilidade*, enquanto o interior é visto como aquele que não conseguiu atingir esse *status*, o que já era sugerido por Buarque de Holanda (1995 [1936]) ou Cândido (1997 [1954]). Assim, os discursos sobre o interior cumprem bem a proposta de Foucault (1996, p. 8-9), segundo o qual “[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada, e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Buarque de Holanda (1995 [1936]) já apontava para o fato de que as cidades fundadas por portugueses e espanhóis nas colônias americanas serviram como verdadeiros instrumentos de dominação, inclusive em relação ao *interior*, uma dominação discursiva.

A construção de um discurso que coloca aqueles que estão fora dos grandes centros urbanos em lugar subalterno é essencial para a manutenção das hierarquias sociais e para a construção de um *ethos* urbano que seria *superior* a qualquer outra forma de ser e estar no mundo – como proposto por alguns estudos clássicos da antropologia urbana, segundo Hannerz (1980). Essa parece bem ser a primeira ação para a dominação: inferiorizar o outro e as suas práticas, essencializando as suas formas de vida, colonizando o seu pensamento e, assim, tornando a dominação *naturalmente* irresistível, como uma forma de poder simbólico (BOURDIEU, 1989).

Essas construções aconteceram no curso da história em diversos processos sociais, entre diversos grupos. Kilomba (2010) nos diz que, desse modo, era preciso imprimir no *outro* colonizado as características que o *eu* colonizador possuía, mas negava. Utilizando como estudo os constantes silenciamentos que as pessoas negras sofrem e sofreram ao longo da história, a autora nos apresenta uma reflexão sobre a maneira como os estereótipos da *selvageria*, da *sensualidade* e da *violência* foram vinculados à população negra;

mas, na realidade, apresentam características daqueles que há anos, de forma selvagem e violenta, desapropriam essa população, colonizando-a, matando-a e expropriando-a. No pensamento conceitual branco/eurocêntrico (FERNANDES; GONTIJO, 2019), povos diferentes deles deveriam ter a sua humanidade negada para que o projeto de dominação pudesse ser possível. Desumanizar é, nos moldes destes, instituir uma oposição entre *natureza* e *cultura*, legando a natureza ao *outro* e outorgando a cultura ao *mesmo* dominante. Quanto mais próximo da natureza, mais próximo da selvageria, do incivil, do violento, como o *caboclo*, o *bicho do mato*, o *matuto* ou o *jeca* – geralmente negros, indígenas ou mestiços. Quanto mais próximo da cultura, maior a sua humanidade e sua civilidade – mais *claridade* em suas peles, como nas brancas capitais estaduais.

Elias (1993a; 1993b), ao discorrer sobre a formação das sociedades modernas, que se deu, entre outros fatores, a partir da constituição de modos de ser, costumes comportamentais e técnicas corporais, apresenta a noção de *natureza incivil* como marco importante para o estabelecimento do *ethos* urbano e do aparecimento da modernidade, o processo civilizador. O autor analisou o modo como antigos manuais de *bons costumes* estabeleciam os costumes aceitáveis ou reprováveis, definindo diversas atitudes que distinguiam as pessoas em classes altas e baixas e suas práticas em costumes *civilizados* ou *bárbaros*, notados por meio de alguns trechos desses manuais, como por exemplo: “Algumas pessoas metem as mãos nas travessas mal se sentam, diz Erasmo. *Lobos e glutões fazem isso*. Não seja o primeiro a servir-se da travessa que é trazida à mesa. *Deixe para os camponeses enfiar os dedos no caldo [...]*” (ELIAS, 1993a, p. 70, grifos nossos). A modernidade teria se constituído a partir da abjeção em relação ao sujeito do campo, do universo rural e dos burgos e vilarejos, pelo seu associar constante à *natureza* representada neste trecho pelos “lobos e glutões”. Em outro momento, o sujeito do campo e dos vilarejos também é inferiorizado nos escritos de Erasmo citados por Elias:

Você talvez queira oferecer a alguém de quem gosta a carne que está comendo. “Evite isso” diz Erasmo. “Não é muito decoroso oferecer a alguém coisa semimastigada”. E acrescenta: “Mergulhar no molho o pão que mordeu é *comportar-se como um camponês e demonstra pouca elegância retirar da boca a comida mastigada e recolocá-la na quadra*. Se não consegue engolir o alimento, vire-se discretamente e cuspa-o em algum lugar”. (ELIAS, 1993a, p. 71, grifos nossos)

Tornar abjetos o camponês e o habitante das pequenas cidades caminharia lado a lado com a rejeição da natureza. O objetivo seria o de domesticar a animalidade humana, construir um mundo onde se negasse no cotidiano a natureza das funções corporais; seria preciso assim polir o comportamento dos indivíduos para torna-los distintos, como também o mostrou Bourdieu (1979). Segundo Carvalho (2001, p. 66), “[é] nesse momento que se constrói historicamente a representação da natureza como lugar da rusticidade, do incultivado, do selvagem, do obscuro e do feio”. A cidade tornar-se-ia, portanto, o contraponto da natureza; e a natureza, o “outro” por excelência da civilização. Para a autora:

A cidade, contraponto da natureza selvagem, então se apresentava como *locus* da civilidade o berço das boas maneiras, do gosto e da sofisticação. Sair da floresta e ir para a cidade era um ato civilizatório. As pessoas criadas na cidade eram consideradas mais educadas que aquelas que viviam nos campos.

A natureza, tida então como o Outro da civilização, representava uma ameaça à ordem nascente. (CARVALHO, 2001, p. 66-67)

O uso dos manuais de civilidade e, *a posteriori*, de *urbanidade*, também foram uma prerrogativa da forma como era transplantada a modernidade para as mais diversas regiões colonizadas do Sul Global. Se tomarmos a experiência da América Latina, encontra-se o uso do *El Manual de Urbanidad y Buenas Maneras*, de Manuel de Carreño, publicado em 1853 na Espanha ou do *Código do Bom-Tom: ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*, de José Ignacio Roquete, publicado em 1845 em Portugal. Ambos se baseavam nas ideias de civilidade e urbanidade cunhadas particularmente a partir dos escritos de Erasmo em outra área da Europa. Assim, o colonialismo parece ter impresso, não somente os costumes, mas os ideais de *urbanidade*, ao processo de modernização das antigas colônias, criando assim a persistente situação colonial (LANDER, 2005). Urbanidade, nos dicionários, designa tanto a qualidade ou a condição do que é urbano ou cidadão, quanto a cortesia e a afabilidade entre os cidadãos, ou seja, as “boas maneiras”; a urbanidade, em ambos os casos, adquire marcas bastante particulares com a modernidade.

Segundo Simmel (2005), a modernidade implica em uma intensificação da vida nervosa, ou seja, a aceleração fabril também recai na aceleração da rotina do nascente sujeito urbano, que passa a receber estímulos intensificados no seu cotidiano, geralmente maiores do que o que consegue absorver. O caráter *blasé* das grandes cidades é justamente o processo de individualização que decorre do fato de o sujeito não conseguir atender aos irresistíveis estímulos, o que se deve a uma “atitude de reserva”: embora haja a necessidade de socialização, o sujeito urbano faz uma seleção do que se pode ou não dar atenção. Assim, as metrópoles e grandes cidades e a atitude de reserva conduziram o/a seu habitante a uma pluralidade de experiências e ao anonimato ao mesmo tempo.

O processo de modernização das sociedades ocidentais estabeleceu com viés histórico uma estrutura de dominação, segundo a qual aquilo que estava no topo (as metrópoles e grandes cidades) determinaria tudo sobre o subalterno (o interior), imprimindo nas pessoas que não possuíam a mesma intensidade de estímulos nervosos no seu cotidiano o status de *não evoluído*, *atrasado*, *conservador* que ainda hoje operam no pensamento e nas práticas sociais pela via daquilo que se definiu como colonialidade do saber (LANDER, 2005; QUIJANO, 2000).

Cabe lembrar que, como afirma Said (2001), essas imagens e discursos atravessados por relações de poder (ou seja, discursividades, como sugerido por Foucault (2007)), não se criariam só por si, mas serviriam para consolidar os projetos de dominação. Considerando que se está inserido em um sistema-mundo, como proposto por Wallerstein (2001), haveria portanto a formação de centros, semiperiferias e periferias e essas discursividades não serviriam para alimentar apenas os centros, uma vez que se colonialidade existe, haveria de se pensar que nas realidades semiperiféricas e periféricas, essas lógicas estariam constantemente se reproduzindo, recriando-se e estabelecendo relações microssociológicas de dominação para serem expandidas ao nível macrossociológico das relações sociais globais.

Mesmo nas periferias, seria possível verificar a heterogeneidade entre as regiões, que proporciona desse modo formas desiguais de produzir a própria cidade. Quando as grandes multinacionais se instalam em países periféricos ou semiperiféricos, há

regiões dentro do país que são imaginadas como mais propícias para o estabelecimento do aparato econômico administrativo e outras para o aparato de exploração. Enquanto escritórios e relações administrativas se situam nas metrópoles e grandes centros urbanos, em razão da *natural civilidade* reinante nesse ambiente, as fábricas que se destinam à exploração da matéria-prima – elemento que configura as periferias de Wallerstein (2001) –, se instalam no interior, onde se encontra a mão de obra geralmente etnicizada e/ou racialmente demarcada tão necessária para a manutenção do sistema-mundo. Assim, as discursividades consagram grandes cidades tidas como centros e outras, pequenas cidades, como semiperiferias e periferias. É necessário ressaltar, porém, que isso não é generalizado, mas relacional. Nem todo interior se figura como periferia, já que isso depende de inúmeros fatores, sobretudo históricos, de como estes territórios foram construídos, se mantêm e se projetam ao exterior, como será visto abaixo.

### 3 Poder

Vim a Juquiá, no Vale do Ribeira, em São Paulo, para uma ocasião familiar. Há dois dias meu primo, enquanto dirigia para outra cidade também do vale para ir à faculdade onde cursa sua segunda graduação, me disse que passaríamos na casa de uma pessoa que ele queria me apresentar e que me faria companhia no barzinho de fora da faculdade enquanto ele fazia uma prova. “É meu namorado”, ele disse, e foi assim que meu primo me partilhou que é homossexual. Eles se conheceram na cidadezinha de pouco mais de 20 mil habitantes, estudaram juntos, se formaram em profissões diferentes e somente depois começaram a namorar. Notificaram a família pouco antes das eleições presidenciais de 2018, cindida entre um candidato da esquerda e um da extrema direita. Enquanto meu primo fazia sua prova, eu conversava com seu namorado, falávamos sobre os dois, sobre a cidade, sobre a vida, enfim, e retornamos. Hoje aconteceram as despedidas de solteiro e solteira dos noivos (a ocasião familiar é, na verdade, o casamento de minha prima); meu primo e eu não nos enquadrámos em um padrão de masculinidade dos amigos do noivo, e somos homens, logo, as amigas da noiva não se sentiriam à vontade com nossa presença; decidimos então ir tomar sorvete e aproveitar para “colocar o papo em dia”. Dentre as conversas, falamos sobre as eleições e sobre as brigas geradas naquela ocasião que tive com parte de nossa família. Neste ponto, meu primo lamentou profundamente que sua cidade tenha se manifestado a favor do candidato da extrema direita, disse que é muito difícil ser gay no interior, há lugares onde se pode andar sem temer com o namorado, outros lugares que se deve ficar atento, mas os primeiros sempre são respaldados pela presença de amigos ou pela solidão das ruas em determinados horários. Falávamos sobre o quanto gostamos de viver no interior, ele em São Paulo, eu no Pará, mas ponderou “*é difícil ser gay no interior por causa do conservadorismo, mas fazer o que se eu não pretendo morar na capital e se todo interior é conservador?*”. Neste momento precisei discordar de meu primo, disse que não penso desta forma, pois as minhas pesquisas no interior do Pará e as minhas experiências enquanto pessoa interiorana não me sugerem isso; ou, pelo menos, o conservadorismo não age da mesma forma em todos os “interiores” e que seria necessário compreender os processos históricos que compõem cada cidade. Aprofundamos a conversa enquanto terminamos nossos sorvetes e voltamos para casa. (Diário pessoal do primeiro autor, 16 de novembro de 2018, Juquiá, SP, grifos nossos)

Na medida em que visualizamos realidades interioranas distintas, há de se observar quais são os aportes que fundamentam tal distinção. A anedota que abre essa seção, embora apenas uma conversa entre primos, possibilita-nos refletir sobre as distinções entre cidades do interior do Brasil a partir do conservadorismo que é atribuído ao interior de forma genérica e essencializada. Não se ignora que algumas cidades podem ter em sua maior expressão as fórmulas do conservadorismo, mas tomar o discurso que atribui o conservadorismo ao interior como único possível inflexibiliza a visualização e a visibilização de outras experiências. Foi pensando por esse viés que os estudos das experiências e expressões da diversidade sexual e de gênero em contextos para além dos grandes centros urbanos começaram a caminhar na década de 2010 (GONTIJO, 2015b).

O conservadorismo apresentado na anedota se refere às eleições de 2018, durante as quais a experiência democrática estava sendo colocada em causa à medida em que a campanha se polarizava entre um candidato à Presidência da República autorreconhecido como ultraconservador e de extrema-direita e um candidato progressista e de esquerda. Assim, aqueles/as que apoiaram os candidatos da extrema-direita para a Presidência ou para as vagas do Congresso Nacional, em sua grande parte, pareciam fazê-lo por pactuarem com os discursos de ódio às minorias, vistos como discursos representativos da necessidade de se *limpar* o país de seus *elementos* mais incômodos. Outros/as consideravam aqueles/as que estavam à frente da gestão do Estado nacional como culpados/as por um suposto caos moral, ético e político vigente – como nas palavras proferidas pelo Presidente eleito –, para além ainda de muitos outros fatores, como a dinâmica da divulgação de notícias comprovadamente falsas ou *fake news*. Nunca na experiência da redemocratização, desde a década de 1980, havia-se presenciado um pleito onde ser conservador ou não parecia a principal pauta da polarização, com o surgimento ou a visibilização, inclusive, de movimentos abertamente autointitulados de conservadores, como movimentos favoráveis à instauração de um regime militar forte ou à volta da monarquia, sempre se dizendo tributários dos princípios e valores cristãos da sociedade brasileira. Rapidamente, uma série de preocupações com o *interior* começaram a aparecer em jornais e análises que apontavam que Jair Bolsonaro, o Presidente que viria a ser eleito, venceria em quase todas as cidades dos interiores das Regiões Sul e Sudeste.

O documentário produzido por VICE Brasil, intitulado *O Mito de Bolsonaro*<sup>9</sup>, por exemplo, a partir dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, buscou apresentar como se mobilizaram os apoiadores de Jair Bolsonaro no período eleitoral. Chama-nos a atenção que novamente o interior generalizado ou genérico aparece como o lugar por excelência da essência do conservadorismo: no documentário, a maioria, por exemplo, das pessoas entrevistadas era de cidades do interior e, questionados se eram *liberais* ou *conservadores*; a maioria respondia que era *conservador*. O documentário encerra com a declaração de um palestrante dizendo que é preciso “reivindicar a cultura judaico-cristã”, representativa dos povos que estabeleceram o “padrão civilizacional” brasileiro – portanto, um padrão branco e cristão.

Após as eleições, atestou-se que, de fato, Jair Bolsonaro obteve muitos votos no interior do País, o que novamente levou ao reforço do imaginário do *interior conservador*.

---

<sup>9</sup> Disponível em: [https://www.vice.com/pt\\_br/article/594wdb/documentario-mito-de-bolsonaro](https://www.vice.com/pt_br/article/594wdb/documentario-mito-de-bolsonaro). Último acesso em 20 de fevereiro de 2020.

Contudo, é preciso produzir uma reflexão relativista sobre quais cidades se mostraram *conservadoras*, nesse sentido do jogo político eleitoral, e quais não se mostraram assim, para que se possa mapear as especificidades que tornam esses lugares insistentemente reconhecidos como conservadores<sup>10</sup>. Na reportagem intitulada *Bolsonaro divide o Brasil: arrasa nas cidades mais brancas e mais ricas*, de autoria de Kiko Llaneras (2018), publicada em 20/10/2018 na versão brasileira do jornal espanhol *El País*<sup>11</sup>, anuncia-se que o candidato da extrema-direita obteve êxito em cidades interioranas da região Sul, como Bento Gonçalves (RS), Blumenau (SC), Brusque (SC), por exemplo, mas perdeu em cidades como Abaetetuba (PA), Bragança (PA) e Cametá (PA), entre outras da Amazônia paraense. Ora, essas cidades possuem precisamente formações históricas distintas e talvez por isso também se expressem de formas distintas no que diz respeito à oposição entre *progressistas* e *conservadores* no presente.

Destaca-se aqui a importância de se refletir sobre os processos históricos que concorreram para as configurações atuais das realidades interioranas, sob a influência das prerrogativas de Charles Wagley (1967), quando estudou junto a *comunidades amazônicas*: para o antropólogo estadunidense, essas comunidades precisavam ser analisadas a partir de pressupostos históricos, sociais e econômicos da formação e ocupação humana dos seus territórios, visto que algumas questões do presente podiam ser consequências de um passado muito singular, assim como os acontecimentos passados podiam ter se estendido até o presente de múltiplas formas. Estruturalmente, a comunidade, para o autor, estaria próxima de um centro urbano do município, sendo, assim, uma vizinhança rural que se relacionava com o centro urbano, geralmente comercial e/ou administrativo. A vizinhança rural, por sua vez, teria origem a partir das formações étnicas do lugar, sendo composta em contexto amazônico por indígenas, caboclos, quilombolas, ribeirinhos, entre outros sujeitos amazônidas.

O interior contemporâneo parece apresentar muito do que Wagley comenta sobre as *comunidades amazônicas*, que hoje podemos dizer que estão inseridas num contexto urbano amplo, não sendo consideradas somente vizinhança rural. Ou seja, os povos e grupos que no curso da história ocuparam um território interiorano majoritariamente rural não mais se relacionam com os centros urbanos apenas como *outsiders*, mas como parte que constrói também as expressões do ser-estar e viver-fazer o urbano, onde os elementos da ruralidade e da etnicidade se apresentam sempre como partes constituintes das cidades, o confronto das comunidades com o centro urbano, portanto, produz as cidades.<sup>12</sup> Assim como Wagley, partilha-se aqui do pensamento de que, embora nossas palavras ao longo desse texto versem sobre construções ideológicas do interior a partir da Amazônia, é possível identificar essas construções em qualquer outra região do País, atentando-se para as suas particularidades sociais e singularidades históricas.

---

<sup>10</sup> Não se ignora aqui que o comportamento eleitoral ainda é um paradigma para os cientistas políticos, visto que por vezes o voto não se dá seguindo uma lógica partidária com base reconhecidamente ideológica. Mas deve-se destacar que o alto grau de polarização gerado por pautas conservadoras em um lado da disputa permitiu que refletíssemos sobre a oposição entre “progressistas” e “conservadores” e a maneira como essa oposição moldou mais ainda o imaginário de um interior sempre tido como “atrasado”, logo, “conservador”.

<sup>11</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/29/actualidad/1540828734\\_083649.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/29/actualidad/1540828734_083649.html). Último acesso em fevereiro de 2020.

<sup>12</sup> Não se ignora, contudo, que existam comunidades que não se relacionem tão facilmente com os centros urbanos, por diversas razões.

As cidades mencionadas pela reportagem de *El País* estão localizadas geograficamente no Sul e no Norte do Brasil. No entanto, as diferenças entre elas não são meramente geográficas, pois se distinguem na medida em que possuem formações sociais, econômicas e políticas também singulares. O Sul passou por processos de colonização bastante peculiares em relação ao Norte, havendo ali *colônias* – como eram chamadas as instalações invasivas em terras devolutas – formadas por pessoas oriundas de diversas partes da Europa, destacando-se as colônias alemãs e italianas, que ganharam maior notoriedade, como muito bem apontaram os diversos estudos já clássicos de Willems (1980) ou Seyferth (1999; 2000; 2001). As colônias, fruto das imigrações europeias, no entanto, produziram muito mais do que um sentimento de pertencimento étnico (SEYFERTH, 1999) àqueles que ainda hoje se afirmam enquanto *alemães* ou *italianos* nascidos nas terras do Sul do Brasil. Parecem ter produzido e/ou reforçado discursos acerca de um interior sulista superior aos demais, ao serem estabelecidas por estratégias que privilegiavam os imigrantes europeus, não somente com a finalidade de ocupar territórios fronteiriços às zonas eminentes de conflitos (que eram pungentes à época, com o Uruguai, o Paraguai ou a Argentina), mas que tinham, desde as origens dos estabelecimentos, imigrações em que o *elemento branco* foi – inicialmente nas entrelinhas dos acordos, depois explicitamente – a principal característica do *imigrante ideal*: “[...] o agricultor branco que emigra com a família [...]” (SEYFERTH, 2001, p. 4), como se vê nas propostas de Romero (1953 [1888]), Oliveira Vianna (1936 [1920]) e outros pensadores do final do século XIX e início do XX, fortemente marcadas pelo raci(al)ismo da época. Seyferth (2001) aponta para a preferência atestada pelo governo brasileiro pela imigração europeia, bem como as ideias de *raças superiores* elencadas pelo Estado brasileiro para prestigiar um certo ideal civilizatório como parte do projeto de construção da identidade nacional.

Nota-se que a imigração europeia para o Brasil partilhava também da construção de ideais de *civilização* para o povo brasileiro, tendo o Estado oferecido as condições para o estabelecimento desses imigrantes e, portanto, reforçado a desigualdade racial já latente no País. A ocupação desses territórios por parte dos imigrantes *benquistos* concentrou-se sobretudo em áreas de florestas e savanas temperadas que hoje compõem o interior da região Sul (SEYFERTH, 2000; 2001) e que se tornaram rapidamente diversas cidades interioranas, como inclusive aquelas mencionadas pela reportagem do *El País*. Percebe-se que há uma formação socioeconômica e histórica que parece ter privilegiado essas cidades sulistas desde a sua gênese e que também as coloca como aquelas que foram, de certo modo, responsáveis pelos projetos conformadores da ideologia de *nation-building* em construção. Por meio de suas fundações étnicas, essa formação tentava incutir ideais que foram valorizados como *superiores* e, logo, exemplares, não somente pelo Estado, mas pelos discursos nacionalistas que reivindicavam certa pureza histórica dos colonos.

O privilégio de ser respaldado pelo Estado para poder imigrar não parece ter sido conferido, no entanto, aos povos não brancos do Brasil, já que os povos originários e a população negra padeceram (e continuam a padecer), vítimas do etno/genocídio perpetrado insistentemente pelo Estado e suas diversas instâncias de (bio-necro)poder – em nome do projeto nacional – por meio da ausência ou da inadequação de políticas públicas e sobretudo com a imagem de *incivil* que lhes foi conferida, ao mesmo tempo em que os/as camponeses/as europeus/eias – que, se lembrarmos dos manuais de *urbanidade* de Erasmo,

sequer eram reconhecidos/as como *civilizados/as* na Europa –, ganharam aqui o status de *civilizados/as* e, principalmente, civilizadores/as plenos/as por possuírem exemplarmente o gozo do direito de *ser (humano)*. Dessa maneira, as cidades impulsionadas pela imigração europeia incorporaram os ideais de moralidade, família heteronormativa<sup>13</sup>, religiosidade cristã, educação cívica e saúde física como instituições voltadas para a celebração da civilidade europeia e mantenedoras da conservação dos *valores étnicos* considerados arbitrariamente como superiores (SEYFERTH, 2000, p. 164). Logo, pergunta-se: seria possível sugerir que a imagem de um interior conservador *por essência* está fundamentada em padrões de urbanidade fundados em *conservar valores étnicos* de grupos dominantes, tais como *brancos, cristãos, heteronormativos, etc.*?<sup>14</sup>

Nossas experiências em cidades como as do Norte mencionadas no *El País* em nossas pesquisas sobre as experiências e expressões da diversidade sexual e de gênero apontam para uma resposta positiva à pergunta acima (DOMINGUES, 2019; GONTIJO; DOMINGUES; ERICK, 2016; GONTIJO; ERICK, 2020). Não se trata de afirmar que as cidades médias e pequenas em que nossas pesquisas foram realizadas não experimentam de alguma maneira o conservadorismo ou não partilhem dos sistemas de crenças e valores dos grupos dominantes, pois elas também o experimentam e os partilham. No entanto, pode-se sugerir que a forma como essas localidades foram configuradas historicamente pode indicar que elas lidam com essas experiências de formas alternativas ou que as formas de *ser conservador* se espriam a partir de outras prioridades, outras modalidades organizativas dos sistemas de crenças ou, enfim, outras moralidades. Abaetetuba, por exemplo, é uma cidade da região paraense do Baixo Tocantins e sua ocupação está muito atrelada aos povos originários e às populações negras que se aquilombaram nas áreas de várzea mantendo fortes vínculos com os povos originários, assim como àqueles que migraram a partir da Cabanagem ou Guerra dos Cabanos – uma revolução popular ocorrida na primeira metade do século XIX e que se concentrou em Belém e proximidades, como na região do Baixo Tocantins (SALLES, 2004). Assim, Abaetetuba está posicionada em relação ao conservadorismo, não a partir da conservação de valores étnicos brancos e eurocêntricos, porque se fundou a partir da dissidência e da resistência, mas a partir precisamente desses valores e moralidades dissidentes e resistentes.

Refletir sobre os processos históricos que concorrem para a configuração presente de cada localidade interiorana permitiria compreender como se deram, de modo fluido, as definições de interior em relação a centros – e também as indefinições – e as elaborações das moralidades e formas de conservadorismos. O conservadorismo brasileiro poderia ser provisoriamente postulado como proveniente de culturas ocidentais colonialistas, brancas, cristãs, heteronormativas que ocupam o topo das estruturas de dominação globais, já que se baseia na essencialização da hierarquização racial, na supervalorização da moralidade cristã, na naturalização da heteronormatividade e da dominação masculina,

<sup>13</sup> O termo teria sido forjado pelo crítico literário estadunidense Michael Warner (*Fear of a Queer Planet: queer politics and social theory*. Minneapolis/Londres: University of Minnesota Press, 1993) para dar conta do caráter compulsório da heterossexualidade, naturalizado do dimorfismo sexual e essencializado do binarismo de gênero e a maneira como são impostos como um sistema normativo que atravessa todas as instituições sociais.

<sup>14</sup> Não significa, porém, que não existam formas de manifestar a diversidade e que essas cidades sejam “essencialmente” conservadoras, haja vista os fluxos, as dinâmicas culturais e as constantes transformações nas sociedades complexas; mas, cabe destacar que a formação étnico-racial de um território contribui em grande parte para o quanto a diversidade será bem-vinda ou não e o quanto as estratégias de resistência deverão ser mais ou menos acentuadas.

entre outras características. Ou seja, quanto mais um território possui elementos culturais marcadamente representativos da modernidade ocidental ou euro-norte-americana, mais conservador pareceria ser, em termos ideológicos, de acordo com as discursividades predominantes. Por outro lado, quanto mais características culturais de povos e populações cujas práticas e saberes não são tão legitimamente representativos da modernidade ocidental ou euro-norte-americana – hoje obviamente inseridas nas periferias do sistema-mundo e partícipes da situação colonial –, menor seria a relação com o conservadorismo tal qual definido até aqui.

Pode-se partir da proposta – de hipótese provisória – de que as normas estipuladoras das crenças e sistemas de valores e dos princípios morais que sustentam como padrões a heterormatividade, o casamento monogâmico, a religiosidade cristã, os *bons costumes* e o *bom tom*, entre outros, teriam sido inculcadas no mundo não moderno ocidentalizado (hoje em vias de ocidentalização, como dito acima) como elemento crucial do colonialismo e se tornado parte da ideologia hegemônica com os colonialismos internos que fomentam as desigualdades no Brasil e, assim, composto a própria ideia de nação e a identidade nacional (KROTZ, 1996; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1993). Dessa maneira, não é difícil compreender que algumas cidades, aquelas, cujas estratégias de ocupação territorial se deram por meio das colônias europeias, foram colocadas na posição de destaque como exemplares no processo civilizatório, enquanto outras, originadas a partir da exploração dos povos não brancos/europeus – e, algumas vezes, como consequência de sua resistência à truculência da colonização – foram colocadas na posição de *atraso*.

Não parece existir uma história única sobre o interior do Brasil, pois não haveria uma formação social única para definir o interior, nem uma identidade nacional homogênea ou, enfim, um sentimento único de pertença, embora haja a imposição de modelos identitários e de pertença que têm o objetivo de se tornar hegemônicos. Por isso, é preciso lançar um olhar para as regiões e suas múltiplas áreas de forma situada, buscando verificar, a partir das configurações históricas da ocupação dos territórios e da construção das territorialidades, como se dá a experiência urbana e suas relações com as moralidades e formas de conservadorismo em vigor ou com a dinâmica do próprio sistema-mundo. Assim, postula-se aqui que há, no mínimo, um interior relacional, não somente no sentido de quem o define desta forma, mas no *ethos* e na forma de experienciar o mundo e a sua diversidade.

## 4 Interioridade

Pressupor o interior como *atrasado*, *conservador* ou recair em essencializações, tais como como *cidade cabocla* e *cidade ribeirinha*, seria de certo modo ignorar que a sociedade é composta de pessoas dotadas de agência, além de limitar as experiências desses/as agentes e as múltiplas formas de se fazer cidade e de determinar o/a outro/a a viver sempre dentro de um escopo que foi imaginado para si, e não aquele em que de fato vive. Esse modo de determinar o/a outro/a vem sendo criticado por autores como Said (2001) e Spivak (2010), entre tantos outros latino-americanos, africanos e indianos, que denunciam esse determinar como uma forma de inventar o/a outro/a em sua modalidade exótica e

genérica, por um lado, e de silenciar as suas particularidades, por outro, enquadrando-as ou ocultando-as. Difundiu-se assim o imaginário de que o subalterno não deve falar ou ser autorrepresentado (DAS, 1998; DAS; POOLE, 2004; JIMENO SANTOYO, 2004; 2007; KROTZ, 1996).

Parece haver sistematicamente e de modo bem politicamente orquestrado, como parte da governamentalidade instrumentalizada pela biopolítica (FOUCAULT, 2004a; 2004b), uma espécie de invisibilização dos processos sociais que acontecem na dinâmica das pequenas e médias cidades, dos interiores, particularmente na Amazônia. Ser caboclo/a não é autodeterminação dos/as moradores/as dos núcleos urbanos e, portanto, entra-se na mesma plêiade de definições externas, como sugerido por Castro (2013) e Taketa (2019). Ser ribeirinho/a é algo que, para o/a morador/a das áreas de várzea ou de terras-firmes próximas aos rios, não carrega a mesma carga de elementos culturais de ser morador/a de uma cidade com dinâmicas urbanas, porém cortada pelo rio (RENTE NETO; FURTADO, 2015). O termo caboclo ainda é mais problemático, pois há uma grande discussão sobre o uso dessa categoria em antropologia (CASTRO, 2013). Para Lima (1999), embora tenha sido definido como um conceito fixo para determinar as populações camponesas, acaba sendo relacional quando pensado em seu uso pela comunidade não acadêmica. A autora, cuja tese de doutorado tratou do caboclo e suas relações sociais (LIMA, 1992), acredita que a produção acadêmica não deveria mais utilizar tal categoria, assim como Castro (2013) e Taketa (2019), pois estaria, se continuasse a fazê-lo, fomentando a desigualdade e os estereótipos: caboclo acabou por se tornar uma categoria que define o outro. No entanto, parar de utilizar o termo não é suficiente, como muito bem apontou Rodrigues (2006a, p. 127):

[...] matar o caboclo enquanto conceito/categoria seria fingir que não existe uma diferença que se construiu historicamente, que se instalou de fora para dentro, do nacional para o local, e que se desdobra continuamente, contra, entre, dentro do espaço-tempo amazônico, com relação a seus diversos grupos populacionais pensados, nesse contexto, como primordiais e, portanto, essencializados, como uma raça de cultura mestiça e costumes atávicos; resistentes à modernidade, verdadeiros exemplos da contra-modernidade que ainda sobrevivem no mundo ocidental.

Embora o termo ainda seja utilizado, pois *matá-lo* não resolve o problema, cumpre frisar que parece não se adequar ao contexto das cidades interioranas, uma vez que está fortemente atrelado a uma visão de sociedades camponesas – termo que também possui problemas por ser outra construção analítica (CARNEIRO, 1998). Além do mais, a população dos centros urbanos das cidades interioranas não desenvolve totalmente relações camponesas, mas relações outras que atendem a dinâmicas urbanas, tradicionais, caboclas, ribeirinhas, ao mesmo tempo de modo situado.

Assim, deve-se sugerir tal qual para a perspectiva acima citada de Rodrigues sobre o caboclo, que *matar* o interior ou tentar forjá-lo homogêneo não resolve o problema dos colonialismos internos. Pelo contrário, nega-se a estrutura real que foi descrita ao longo desse texto e o potencial que o termo *interior* tem para ser ressignificado de modo a permitir que se aborde a maneira como as pessoas que ali vivem descrevem as suas existências em pequenas e médias cidades a partir do que elas mesmas chamam de identidade

interiorana. Gontijo e Erick (2015, p. 31) cunharam o conceito de *interioridade*, ainda que de forma preliminar, como “[...] um espaço-tempo que transita entre ruralidade e urbanidade, confundido pela dinâmica da etnicidade, em contexto amazônico, nas figuras do caboclo e do ribeirinho, além do indígena e do quilombola [...]” sem a pretensão, àquela altura, de aprofundar a definição. Em outros contextos nacionais, propôs-se uma definição muito próxima da de Gontijo e Erick, como em Gray, Johnson e Gilley (2016), para definir o *countryside* – palavra inglesa mais próxima do português *interior*.

Retomando aquele texto de Gontijo e Erick de 2015, propõe-se aqui que a interioridade seja definida como o conjunto de elementos socioculturais atribuídos à ruralidade e à etnicidade (e eventualmente a outros marcadores sociais) operando simultaneamente à urbanidade (aqui entendida como o conjunto das identidades e atributos urbanos). O conjunto assim constituído age contra e resiste ao processo civilizador que visa desvincular humanidade/cultura de animalidade/natureza, ao atentar para a possibilidade de formas alternativas de experiência (ou experimentação) da cidade e da urbanidade correlata (aqui entendida como cortesia e afabilidade exclusiva de cidadãos/as). Seria, então, viver um *presente ambivalente*, como Harris (2006) ensinou, onde tradição se fundiria com modernidade (para além da pós-modernidade?). Interioridade seria a identidade que as pessoas situadas no interior carregam consigo em suas diásporas múltiplas, para além dos tempos físicos e dos espaços materiais, embora essa generalização deva ser cautelosa. É possível, assim, encontrar interioridade mesmo nas metrópoles e grandes cidades: ao se refletir sobre as dinâmicas de pequenos bairros que foram construídos a partir de antigas unidades rurais ou feiras livres, pode-se verificar a interioridade em formas de socialidades que são categorizadas no cotidiano (sensivelmente ou sensorialmente) como *coisas do interior* ou como *cenar pitorescas que remetem ao interior*.

Na década de 1980, Heilborn (1984) desenvolveu sua pesquisa de mestrado num bairro carioca considerado como suburbano que operava pelas vias da forte individualidade típica das camadas médias urbanas. Anos mais tarde, a autora escreveu que Ricardo de Albuquerque, o bairro onde se desenrolou a pesquisa, “[...] ostentava nos anos 80 um aspecto de quase cidade do interior, com cadeiras na calçada e namoro de portão” (HEILBORN, 1999, p. 97). Ainda no contexto carioca, Oliveira (2017) publicou um artigo no dossiê *Antropologia de Cidades Médias*, no periódico *Iluminuras*, tratando da Zona Oeste do Rio de Janeiro que, mesmo compondo uma metrópole e portanto um lugar muito atrelado às concepções de urbanidade, a partir da memória coletiva, da geografia estudada e da história da ocupação daquele território, a autora aponta reivindicações de que a “[...] identidade de grupo se apresenta na contradição que a oposição entre urbano e rural facultam” (OLIVEIRA, 2017, p. 348). Ou ainda, também, no contexto da Zona Oeste carioca, Vieira (2019) apontou para o fato de que a ruralidade ainda permeia o imaginário e as formas de viver em Jacarepaguá, remetendo essa experiência também ao que chamamos de interioridade.

Assim, nota-se que as lógicas do que aqui se propõe como *interioridade* estão a todo momento coabitando as dinâmicas da cidade, em diversos espaços, de modo que se reconheça aquilo que Velho (1981) e Velho e Viveiros de Castro (1978) escreveram sobre o fato de que as sociedades complexas seriam compostas pela heterogeneidade dos grupos que se relacionam na dinâmica social, quer harmoniosamente, quer por meio

de conflitos. O que se sugere aqui é que se considerem com mais atenção esses lugares com *jeitinho de interior* para além dos estereótipos e das imagens cristalizadas do que seja o *interior*, mas que se compreendam quais as relações que são tecidas por esses *jeitinhos* na conformação da urbe, nas dinâmicas dos espaços de sociabilidade, nas formas de experimentar a diversidade, entre tantas outras possibilidades, como apresentado nas etnografias que produzimos (DOMINGUES, 2019; GONTIJO; DOMINGUES; ERICK, 2016; GONTIJO; ERICK, 2020). Acostumamo-nos a buscar a compreensão dos grupos sociais a partir das interações ditas propriamente urbanas ou essencialmente rurais, ou relacionadas a aspectos de *interior* – quando sequer se sabe o que isso quer dizer –, sem atermo-nos mais atentamente às relações que estão sendo construídas nesses *espaços entre* ou *in-between...* ou *para além de*.

Rodrigues (2006b), em sua tese de doutorado sobre as construções identitárias a partir das festas realizadas no bairro do Jurunas, em Belém – um bairro comumente considerado localmente como tendo características de “interior” (WANZELER, 2018) – já chamava a atenção para os espaços que são construídos a partir de relações mistas (entre rural/étnico e urbano):

Ao se estabelecerem na cidade, [os ribeirinhos] colocam em operação formas de sociabilidade baseadas em redes mistas de relações sociais, ou seja, baseadas nas relações de parentesco e conterraneidade anteriores à migração, combinadas com outras relações atualizadas com parentes que moram na cidade, ao mesmo tempo em que constroem novas redes de sociabilidade, baseadas em novas relações de trabalho, amizade e vizinhança, como demonstram os dados da pesquisa de campo. Se diferentes formas de apropriação do espaço podem gerar diferentes formas de sociabilidade, também diferentes formas de sociabilidade podem produzir diferentes espaços sociais, de modo que as múltiplas formas de apropriação dos *pedaços* do bairro, assim como as diferentes atribuições de sentido aos lugares vividos pelos sujeitos, chocam-se com os padrões considerados propriamente urbanos de vida, trabalho, lazer e consumo. Nesse sentido, muitos lugares apropriados pelos sujeitos migrantes confundem as distinções habituais entre rural e urbano, tradicional e moderno, e fundem as múltiplas identificações dos sujeitos migrantes na cidade. (RODRIGUES, 2006b, p. 94)

Assim, as diferentes formas de produzir sentido, ao se chocarem com outras ditas urbanas, continuam a produzir a cidade, mas sem ignorar as relações anteriores, se difundem a partir do cotidiano e rompem as barreiras temporais, ao manifestar relações de interioridade nas relações sociais, nos empreendimentos estabelecidos, na paisagem, na estética urbana e de muitas outras maneiras. As regiões com maiores traços de interioridade podem também depender dos atributos étnico-raciais de seus/uas moradores/as, habitantes ou transeuntes e serem assim regiões estigmatizadas pelo poder público ou padecerem com a ausência de políticas públicas que atendam às especificidades da população local, pois acabam sendo vistos como lugares de *cultura popular* e de pessoas que não partilham dos mesmos elementos identificadores daqueles que compõem os grupos dominantes, os legítimos definidores da cultura legítima (BOURDIEU, 1979). Mas, essas são somente algumas provocações (assim como muitas outras neste texto) que serão deixadas em aberto para serem aprofundadas em outro momento.

## 5 Perspectivas

Ao longo deste texto, problematizamos as imagens por vezes essencializadas que se criam a respeito das cidades do interior e como isso se relaciona com a ausência de definições ou indefinições e de análises situadas sobre essas localidades, sobretudo assumindo-as como cidade qualquer e partilhando da experiência urbana genérica. Por um lado, o estabelecimento da *civilização* pré-julgava que o que estivesse próximo à *natureza* deveria ser considerado *incivilizado*, *interior*, e o que se afastasse da *natureza* fosse estabelecedor da urbanidade. Por outro, com suas relações de proximidade com a ruralidade, com a etnicidade e com a *natureza típica*, o *interior* se relaciona com as cidades na conformação de uma idealização do que é o urbano. Esses lugares interioranos, que muitas vezes são tratados a partir dos estudos sobre comunidades ou sobre grupos étnicos (BEMERGUY, 2019), constroem-se a partir do confronto com aquilo que se diz propriamente urbano. Reelaboram-se assim novas formas de produzir a cidade que, agora sim, estão o tempo todo vinculadas às formas de se viver em comunidade e de se experimentar a etnicidade; no entanto, também são reelaboradas pela cidade, num jogo dialético onde o rural/interior/eticamente diferenciado faz a cidade, mas também é feito por ela, não podendo mais estar atrelado a imagens essencialmente externas à experiência urbana.

As discursividades que se cristalizam sobre o interior também tendem a determinar o que se considera sobre os seus/uas moradores/as, colocando o interior como homogêneo e incapacitado de se representar pela diversidade. É preciso, portanto, atentar, por um lado, para as condições sócio-históricas que concorreram para as configurações atuais do interior e suas paisagens culturais e, por outro, para o modo como esses discursos e imagens cristalizados podem estar ou não atrelados a aspectos da dominação mais ampla, seja do centro com relação à periferia, seja da metrópole com relação ao interior, seja de outras cidades do interior que são sempre tomadas como exemplos e modelos de interior devido a uma histórica formação étnico-racial que foi prejudgada como superior às demais para todas as outras – e mesmo dentro da norma, é preciso ir a fundo e refletir sobre as particularidades situacionais de cada cidade. Enfim, o trânsito entre interior e metrópole também produz formas interioranas de viver a metrópole, o que aqui se tentou designar como interioridade.

## Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado para o primeiro autor e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de produtividade em pesquisa para o segundo autor.

## Referências

- BEMERGUY, Telma de S. Antropologia em qual Cidade? Ou Por Que a “Amazônia” Não é Lugar de “Antropologia Urbana”. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 24, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.6464>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- BOURDIEU, Pierre. **La Distinction**. Paris: Seuil, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. O Semeador e o Ladrilhador. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936]. p. 93-138.
- CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Editora 34, 1997 [1954].
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Movimento dos Conceitos na Antropologia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 36, p. 13-31, 1993. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111381>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, 1998. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- CARVALHO, Isabel. **A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em educação ambiental**. 2001. 354p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- CASTRO, Fábio. A Identidade Denegada. Discutindo as Representações e a Autorrepresentação dos Caboclos na Amazônia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 431-475, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/82538>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- DAS, Veena. **Critical Events – An Anthropological Perspective on Contemporary India**. New Delhi: Oxford University Press, 1998.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). **Anthropology in the Margins of the State**. Nova Delhi; Oxford: Oxford University Press, 2004.
- DOMINGUES, Bruno Rodrigo Carvalho. **Entre Tradição, Desejo e Poder: uma Amazônia cosmoerótica**. 2019. 130p. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993a.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993b.
- ERICK [da Silva], Igor. **Entre Corpos, Sensações e Paisagens: Reflexões sobre a diversidade sexual e de gênero no interior da Amazônia**. 2020. 189p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.
- FERNANDES, Estêvão; GONTIJO, Fabiano. Como ser um Queer não enquadrado: axialidades radicais para tempos obscurantistas. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 66-84, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rap.v13i1.8654870>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- FOUCAULT, Michel, **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Sécurité, Territoire, Population: Cours au Collège de France (1977-1978)**. Paris: Gallimard; Seuil, 2004a.
- FOUCAULT, Michel. **Naissance de la Biopolitique: Cours au Collège de France (1978-1979)**. Paris: Gallimard; Seuil, 2004b.

- FRÚGOLI, Heitor. O Urbano em Questão na Antropologia: Interfaces com a Sociologia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 133-165, 2005. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-77012005000100004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012005000100004). Acesso em: 18 fev. 2020.
- FRY, Peter. Homossexualidade Masculina e Cultos Afro-Brasileiros. *In*: FRY, Peter. **Para Inglês Ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982a. p. 54-86.
- FRY, Peter. Da hierarquia à Igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. *In*: FRY, Peter. **Para Inglês Ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982b. p. 87-115.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GONTIJO, Fabiano. As Experiências da Diversidade Sexual e de Gênero no Interior da Amazônia: apontamentos para estudos nas ciências sociais. **Ciência e Cultura**, [s.l.], v. 69, n. 1, p. 50-53, 2017. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252017000100017](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000100017). Acesso em: 18 fev. 2020.
- GONTIJO, Fabiano. Antropologia Fora dos Eixos? Algumas considerações sobre as particularidades da formação de um campo de pesquisas no Piauí, Brasil. **Revista FSA**, Teresina, v. 12, n. 5, p. 49-62, 2015a. Disponível em: <http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/962>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- GONTIJO, Fabiano. Sexualidade e Ruralidade no Brasil: o que os estudos rurais e os estudos de gênero e sexualidade (não) dizem sobre essa relação? **Vivência: Revista de Antropologia**, Natal, v. 1, n. 45, p. 145-158, 2015b. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/8256>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- GONTIJO, Fabiano; DOMINGUES, Bruno; ERICK, Igor. As Experiências da Diversidade Sexual e de Gênero em Quilombos do Nordeste e do Norte do Brasil. **Amazônica: Revista de Antropologia**, Belém, v. 8, n. 1, p. 62-89, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/4725>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- GONTIJO, Fabiano; ERICK, Igor. Diversidade Sexual e de Gênero, Ruralidade, Interioridade e Etnicidade no Brasil: Ausências, Silenciamentos e... Exortações. **ACENO**, Cuiabá, v. 2, n. 4, p. 24-40, 2015. Disponível em: <http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/viewFile/3181/pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- GONTIJO, Fabiano; ERICK, Igor. Diversidade Sexual e de Gênero e Pertencimento Étnico na Amazônia Brasileira. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCAR**, São Carlos, v. 10, n. 1, 2020. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/issue/view/26/showToc>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- GRAY, Mary L.; JOHNSON, Colin R.; GILLEY, Brian J. (org.). **Queering the Countryside**: New frontiers in rural queer studies. Nova York; Londres: New York University Press, 2016.
- GUIMARÃES, Carmem D. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004 [1977].
- HANNERZ, Ulf. **Exploring the City**. Nova York: Columbia University Press, 1980.
- HARRIS, Mark. Presente Ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. *In*: MURRIETA, Rui; ADAMS, C.; NEVES, Walter (org.). **Sociedades Caboclas Amazônicas**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 81-108.
- HEILBORN, Maria L. **Conversa de portão**: juventude e sociabilidade em um subúrbio carioca. 1984. 212p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1984.

- HEILBORN, Maria L. *Corpos na Cidade: sedução e sexualidade*. In: VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999. p. 93-102.
- HEILBORN, Maria L. **Dois é Par**: conjugalidade, gênero e identidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2004 [1994].
- JIMENO SANTOYO, Myriam. La Vocación Crítica de la Antropología Latinoamericana. **Maguaré**, Bogotá, n. 18, p. 33-58, 2004. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/maguare/article/view/10833/11317>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- JIMENO SANTOYO, Myriam. Naciocentrismo: tensiones y confinguración de estilos en la antropología sociocultural colombiana. **Revista Colombiana de Antropología**, Bogotá, v. 43, p. 9-32, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcan/v43/v43a01.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- KILOMBA, Grada. **Plantation Memories**: episodes of everyday racism. Münster: Unrast Verlag, 2010.
- KROTZ, Esteban. La Generación de Teoría Antropológica em América Latina: silenciamientos, tensiones intrínsecas y puntos de partida. **Maguaré**, Bogotá, n. 11-12, p. 25-39, 1996. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/maguare/article/view/17147>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LIMA, Deborah de M. **The Social Category Caboclo**: the History, Social Organization, Identity and Outsider's Social Classification of the Rural Population of an Amazonian Region (the Middle Solimões). 1992. 347p. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of Cambridge, Cambridge, 1992.
- LIMA, Deborah de M. A Construção História da Categoria Caboclo. Sobre Estruturas e Representações Sociais no Meio Rural. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 2, p. 13-51, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/107>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- MOTT, Luiz. **Dez Viados em Questão**: tipologia dos homossexuais da Bahia. Salvador: Ed. Bleff, 1987.
- NOLETO, Rafael da S; MAGNI, Claudia T; RIETH, Flávia. Cidades do Interior, Interior das Cidades: apresentação. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 24, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/6875>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- OLIVEIRA, Maria A. Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro: entre o rural e o urbano. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 18, n. 45, p. 325-349, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/79137>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Ribamar José; FORTES, Lore. Táticas de Ocupação Política da Rua Álvaro Bomilcar no Interior de Crato-CE. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 24, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/6437#quotation>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- OLIVEIRA VIANA, Francisco, J. **Populações Meridionais do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1936 [1920].
- PARKER, Richard G. Masculinity, Femininity, and Homosexuality: on the anthropological interpretation of the sexual meanings in Brazil. In: BLACKWOOD, Evelyn (org.). **Anthropology and Homosexual Behavior**. Nova York: The Haworth Press, 1986. p. 142-172.
- PEIRANO, Mariza. **A teoria viva e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. **Journal of World-Systems Research**, [s.l.], v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2020.

RENTE NETO, Francisco; FURTADO, Lourdes G. A Ribeiridade Amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 24, n. 24, p. 158-182, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/97408>. Acesso em: 16 fev. 2020.

RODRIGUES, Carmem I. Caboclo na Amazônia: a identidade na diferença. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 9, n. 1, p. 119-130, 2006a. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/60>. Acesso em: 16 fev. 2020.

RODRIGUES, Carmem I. **Vem do Bairro do Jurunas**: sociabilidade e construção de identidades entre ribeirinhos em Belém. 2006. 360p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006b.

ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953 [1888]. (Tomo Primeiro)

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SALLES, Vicente. **O Negro na Formação da Sociedade Paraense**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2004.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, Política e Ascensão Social: um exemplo teuto-brasileiro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 61-88, 1999. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131999000200003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131999000200003&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 18 fev. 2020.

SEYFERTH, Giralda. As Identidades dos Imigrantes e o Melting Pot Nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v6n14/v6n14a07>. Acesso em: 18 fev. 2020.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, Imigração e a Questão Racial no Brasil. *In*: 25º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2001. **Anais [...]**. 2001. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st10-3/4610-gseyferth-colonizacao/file>. Acesso em: 18 fev. 2020.

SIMMEL, Georg. As Grandes Cidades e a Vida do Espírito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005 [1903]. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132005000200010](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010). Acesso em: 18 fev. 2020.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAKETA, Brenda. **O Novelo de Dalcídio**: Mundo Ribeirinho e Subalternidades Amazônicas no Romance ‘Belém do Grão-Pará’. 2019. 221p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELHO, Otávio (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

VELHO, Gilberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O Conceito de Cultura e o Estudo das Sociedades Complexas: uma perspectiva antropológica. **Artefato: Jornal de Cultura**, Rio de Janeiro, Conselho Estadual de Cultura, n. 1, jan., 1978. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/nsnec>. Acesso em: 16 fev. 2020.

VIEIRA, Isabelle. Jacarepaguá: uma cidade do interior cravada no imaginário de seus moradores. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 24, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/6156>. Acesso em: 16 fev. 2020.

WAGLEY, Charles. O Estudo das Comunidades Amazônicas. *In: SIMPÓSIO SOBRE A BIOTA AMAZÔNICA*, (Antropologia), v. 2, p. 41-55, 1967. **Anais** [...]. 1967.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WANZELER, Rodrigo. **Peixe Frito, Santos e Batuques**. 2018. 335p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

WILLEMS, Emílio. **A Aculturação dos Alemães no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

#### **Bruno Rodrigo Carvalho Domingues**

Mestrando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES).

Endereço profissional: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus do Vale, Av. Bento Gonçalves, n. 9.500, Prédio 43311, Porto Alegre, RS. CEP: 91509-900.

*E-mail*: brunodomingues121@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4724-8380>.

#### **Fabiano de Souza Gontijo**

Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e da Faculdade de Ciências Sociais (FACS) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Doutor e Mestre em Antropologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHES), França, e graduado em Sociologia pela Université de Provence, França.

Endereço profissional: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Rua Augusto Corrêa, n. 1, Guamá, Belém, PA. CEP: 66075-110.

*E-mail*: fgontijo2@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4153-3914>

### **Como referenciar este artigo:**

DOMINGUES, Bruno Rodrigo Carvalho; GONTIJO, Fabiano de Souza. Como Assim, Cidade do Interior? Antropologia, Urbanidade e Interioridade no Brasil. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 61-83, setembro de 2021.